

---

## APRESENTAÇÃO

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/21778-3748.2018.2.32743>

A *Oficina do Historiador* apresenta seu segundo número de 2018, trazendo a seus leitores um mosaico da produção historiográfica atual, em sua multiplicidade de objetos, abordagens metodológicas e referências teóricas. Como espaço aberto para pesquisadores em diferentes níveis de aprimoramento acadêmico, a Revista se empenha para fornecer aos jovens historiadores a oportunidade de difusão de seus trabalhos, potencializando suas chances de intercâmbio e de inserção nos domínios da história como produtores de conhecimento.

No campo da história cultural, a busca de compreender historicamente as formas de percepção da realidade social explicam o interesse em explorar a crônica, gênero literário particularmente afim ao cotidiano da vida urbana. No primeiro artigo da edição, “Imprensa, modernidade e carnaval na *Belle Époque* tropical: a cidade do Rio de Janeiro e seus cordões carnavalescos pelo olhar do cronista João do Rio”, Ynayan Lyra Souza dialoga com as crônicas carnavalescas de João do Rio, voz emblemática do penúltimo *fin-de-siècle* carioca. Desvendando o rotineiro e o inusitado por trás do evento-síntese da vida cultural do Rio de Janeiro, o autor reflete sobre um momento de atualização do espaço público urbano, em que novos ambientes e práticas de convívio se faziam presentes e ecoavam na imprensa, aberta ao comentário das práticas culturais, das representações da identidade e da convergência de diferenças naquele contexto de intensas mudanças na sociedade.

Ainda nessa perspectiva de problematização das representações da realidade social, o artigo de Solange Faria Prado, “A construção do discurso de pobreza em relatórios oficiais: a província do Espírito Santo na primeira metade dos oitocentos”, demonstra como os relatórios das lideranças políticas que ocuparam a administração capixaba durante o período imperial estabeleceram e consagraram um discurso em torno da precariedade material, convertendo-a em traço permanente e característico daquela unidade político-administrativa. A autora demonstra que é necessário problematizar tais alegações, considerando possibilidades alternativas de interpretação da realidade para além dos relatos da oficialidade.

Do cultural ao econômico, passamos à história social no terceiro artigo do número, “Operário padrão: o modelo de trabalhador segundo os empresários industriais durante a

ditadura militar brasileira”. Daniela de Campos demonstra, nesse estudo, o significado e a intencionalidade subjacentes à criação de um concurso para laurear um trabalhador cujo comportamento fosse tido como exemplar pelos empregadores. A iniciativa buscava, portanto, operar uma mobilização da classe patronal que, em última instância, contribuísse com a recuperação simbólica do valor do esforço do trabalho e da disciplina na sociedade brasileira, promovendo uma celebração da figura do operário como fundamento do progresso social do país.

Em “A febre tifoide no Rio Grande do Sul da Primeira República: uma doença com história”, Fabiano Quadros Ruckert descreve a incidência da patologia e explora seu impacto sobre as ações do poder público voltadas para melhoria do quadro sanitário do Estado, uma vez que essa doença era tida como um indicador de sua qualidade. O artigo abarca diferentes nuances do problema, integrando aspectos epidemiológicos, higiênicos e de saúde pública, acompanhando a adoção de políticas de saneamento no sentido de enfrentar a gravidade da situação sanitária sul-rio-grandense. Através do estudo é possível, assim, dimensionar o problema, acompanhar os surtos epidêmicos da doença e compreender como a proposta modernizadora do Estado castilhistaborgista buscou fazer face a seu avanço através de obras públicas de saneamento, abastecimento de água e instalação de sistemas de esgoto sanitário urbano.

Também em um campo que tangencia a história da medicina, o artigo de Augusto Nalini Aigner de Paula, “Os prontuários do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897-1930) como fonte para o historiador: possibilidades e limitações”, discute questões metodológicas relativas ao emprego desse acervo de registros informativos psiquiátricos na pesquisa historiográfica. As características desse tipo de documento são estudadas minuciosamente pelo autor na busca de uma definição de seus potenciais e limitações. As conclusões a que chega o artigo são uma exemplificação do trabalho criterioso de análise e crítica documental que acompanha a produção do conhecimento histórico, sem se esquecerem de refletir também sobre os componentes éticos envolvidos na manipulação de dados dessa natureza.

No diapasão da história política, o estudo que se segue percorre a historiografia sul-rio-grandense sobre a República Velha, discutindo um de seus temas mais polêmicos, qual seja, as relações entre os chefes políticos do Estado e o caudilhismo platino. Em “Trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins e João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): Relações de poder na fronteira platina”, Gustavo Figueira Andrade e Monica Rossato analisam dinâmicas partidárias, redes relacionais, planos de intervenção e

performances políticas em voga nas regiões de fronteira com os países hispânicos. A partir da atuação de duas das lideranças máximas da região da Campanha, os autores exploram a dimensão internacional e as conexões dos arranjos políticos estaduais com contextos sociais que extrapolavam a política brasileira e assim dotavam a política do Rio Grande do Sul de traços bastante peculiares no contexto nacional.

Ainda no conjunto dos trabalhos sobre a história brasileira, Francisca Jaqueline de Souza Viração contribui para esse número com “De regedor a refugiado, o protagonismo de Domingos Fernandes Carapeba no império atlântico holandês”. Trata-se de um estudo sobre a figura do indígena potiguara que, como Felipe Camarão e Pedro Poty, tornou-se uma figura altamente relevante na administração da Companhia das Índias Ocidentais, embora sua participação tenha sido obscurecida e seja hoje praticamente ignorada. Com isso, o artigo intenta contribuir para o reconhecimento do protagonismo indígena naquela circunstância histórica.

Dentre os dois artigos desse número dedicados à historiografia sobre países lusófonos, a *Oficina* apresenta “O cinejornal Kuxa Kanema e a imagem de Samora Machel”, de Pedro Oliveira Barbosa, que analisa o discurso adotado pelo veículo de propaganda audiovisual do regime autoritário instituído em Moçambique após sua autonomização política, inspirado pela ideologia marxista-leninista e pelo combate à cultura tradicional. O historiador explora a difusão da imagem do primeiro presidente moçambicano e os valores a ela associados, demonstrando o apelo ao discurso messiânico e à simbologia do líder carismático pelo veículo de propaganda analisado.

No estudo que se segue, “O Grémio do comércio do Concelho de Guimarães: dinâmicas corporativas, associativas e comerciais”, Jorge Mano Torres analisa a trajetória de um dos produtos da doutrina corporativista instituída pelo Estado Novo português, o que exemplifica a importância dessa doutrina e sua efetividade na organização dos regimes autoritários do século XX como princípio de organização e controle social. A partir dos documentos remanescentes à extinção da entidade, que funcionou entre 1939 e 1975, o autor procede à descrição e à análise do funcionamento do Concelho, desvendando seus mecanismos internos e suas interações com outras entidades, promovendo também uma definição do contexto social em que se moviam seus componentes.

No campo dos estudos clássicos, publicamos “Vitrúvio: a escrita de um arquiteto antigo – século I a.C”, de Natália Munaro de Leão. Nesse trabalho, a autora investiga o “Tratado de arquitetura”, escrito em um período de transição entre a República e o Império romano. O artigo parte da ideia de que, além de mero manual de arquitetura e construção, dedicado à

sistematização técnica, o Tratado também pode ser lido como um precioso manancial para a investigação de aspectos relacionados a sua escrita, dado o caráter autobiográfico da obra. Isso permite uma visão expandida de seu potencial cognitivo, observa a autora, reportando ideias e valores incorporados à escrita, que transmite padrões culturais de convívio, comportamento e moralidade, tornando-se assim uma fonte valorosa para observação daquele momento histórico.

Esse último número de 2018 se encerra com “Historiografia islâmica clássica: as narrativas sobre os primeiros anos do Islã”, de Michele Rosado de Lima Castro, artigo voltado para o debate em torno da utilização dos escritos produzidos entre os séculos VIII e X como fontes de pesquisa para o estudo do passado histórico e da origem da religião islâmica. Apesar do elevado valor desses documentos, a autora pontua que há diversas considerações a serem feitas por aqueles interessados em seu uso no trabalho historiográfico. Assim, após discutir o interesse pela história entre os povos árabes e de introduzir os principais debates em torno desses textos fundamentais, a autora apresenta suas considerações a respeito das possibilidades de emprego das fontes acima citadas pelos historiadores.

Enfim, em frente a esse pequeno microcosmo da pesquisa histórica contemporânea, acredito que a diversidade dos textos que compõem a atual edição fale por si mesma. No presente momento, lembramos que a interrogação do passado não nos garante respostas suficientes para a dirimir a ansiedade em relação ao futuro, mas conto que, àqueles que se lançam a essa empreitada, a história pode, pelo menos, fornecer subsídios para uma leitura crescentemente crítica e aprofundada da experiência humana.

Depois de dois anos de trabalho, despeço-me da editoria da *Oficina do Historiador*, entregando o projeto ao professor Cássio Alan Abreu Albernaz, que assume o cargo de editor-chefe a partir de 2019. Agradeço a todos que contribuíram com esse trabalho: os editores associados, alunos do curso de História e do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS; revisores voluntários, alunos do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS; os pareceristas, que gentilmente ofereceram seu conhecimento para a avaliação dos artigos e seu aprimoramento. E, em especial, agradeço a Henrique Perin, que secretariou a Revista durante esse período, responsabilizando-se pela sua montagem e pela coordenação dos esforços de todo o corpo editorial.

Desejo ao novo editor-chefe muito sucesso em sua nova empreitada, certa de que por meio de seu trabalho a *Oficina* prosseguirá em sua trajetória de qualidade na publicação da pesquisa historiográfica atual.

Luciana Murari  
Editora da Oficina do Historiador